

ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM (DISLEXIA)

Eva Aparecida de Oliveira¹
Gilmar Luis Mazurkiewicz²

Resumo: Os Transtornos de Aprendizagem são condições neurológicas específicas cuja característica principal é a quebra no processamento das informações em dadas regiões do cérebro, como aquelas responsáveis pelo processamento da linguagem escrita e o reconhecimento de grandezas matemáticas. Dependendo de como se manifestar, o transtorno condiciona uma dificuldade para a leitura e interpretação de textos em geral. A capacidade intelectual da pessoa não é afetada, mas o transtorno leva a dificuldades para o aprendizado escolar. Sendo assim, cabe ao profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado nas escolas contribuir para que essas dificuldades sejam contornadas. Dentre as possibilidades de acompanhamento e contribuição para o desenvolvimento do aluno, orientações psicopedagógicas podem contribuir para a escolha das ferramentas mais adequadas de acordo com a necessidade de cada indivíduo, visto que não existe um padrão para a Dislexia. Embora na legislação brasileira atual ainda não conste artigo específico com relação aos Transtornos de Aprendizagem, é tarefa dos docentes e da comunidade proporcionar condições para que todos tenham “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, esse trabalho buscou, partindo dos conceitos advindos da Neurociência e Neurobiologia como fundamentação teórica acerca dos Transtornos de Aprendizagem (em especial a Dislexia) uma abordagem psicopedagógica associada à teoria da Aquisição de Linguagem (destacando-se a leitura e interpretação de textos) dentro da área de Língua Portuguesa para a prática de intervenção.

Palavras-chave: Transtornos de Aprendizagem; Dislexia; Psicopedagogia; Língua Portuguesa; Atendimento Educacional Especializado.

Resumen: Los trastornos del aprendizaje son afecciones neurológicas específicas cuya característica principal es la ruptura del procesamiento de la información en ciertas regiones del cerebro, como las responsables del procesamiento del lenguaje escrito y el reconocimiento de cantidades matemáticas. Dependiendo de cómo se manifieste, el trastorno condiciona una dificultad para leer e interpretar textos en general. La capacidad intelectual de la persona no se ve afectada, pero el trastorno conduce a dificultades para el aprendizaje escolar. Por lo tanto, corresponde al profesional responsable de los Servicios Educativos Especializados en las escuelas ayudar a superar estas dificultades. Entre las posibilidades para monitorear y contribuir al desarrollo del estudiante, las pautas psicopedagógicas pueden contribuir a la elección de las herramientas más apropiadas de acuerdo con las necesidades de cada individuo, ya que no existe un estándar para la dislexia. Aunque la legislación brasileña actual aún no contiene un artículo específico sobre los trastornos del aprendizaje, es tarea de los maestros y la comunidad proporcionar condiciones para que todos tengan "igualdad de condiciones para el acceso y la permanencia en la escuela" de acuerdo con el Estatuto de Niños y Jóvenes. Por lo tanto, este trabajo buscó, a partir de los conceptos provenientes de

1 Professora Doutora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus de Teixeira de Freitas – e-mail: gramilvos@yahoo.fr

2 Professor Orientador da Faculdade CENSUPEG - e-mail: gilmarluis300@hotmail.com

Neurociencia y Neurobiología como una base teórica sobre los trastornos del aprendizaje (especialmente la dislexia), un enfoque psicopedagógico asociado con la teoría de la adquisición del lenguaje (especialmente la lectura y la interpretación de textos) dentro del área de lengua portuguesa para la práctica de intervención.

Palabras clave: Trastornos del aprendizaje; Dislexia; Psicopedagogía; Lengua Portuguesa; Servicio Educativo Especializado.

1 - Introdução

Embora hoje ainda não esteja disponível, no Brasil, uma legislação específica para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com Transtornos de Aprendizagem (existe apenas o Projeto de Lei n.º 5.289-a, de 2016), muitos documentos já existentes amparam esses alunos, conforme informa uma compilação da Associação Brasileira de Dislexia (SOUZA, 2017).

Assim, com o amparo na legislação já existente, o Atendimento Educacional Especializado (realizado na própria escola ou instituição conveniada, conforme a legislação determina) deve realizar acompanhamento para esses alunos de forma a contribuir com o seu pleno desenvolvimento.

Dentre os Transtornos de Aprendizagem, a Dislexia se caracteriza, resumidamente, por “dificuldades no reconhecimento correto de palavras e na capacidade de decodificá-las” (SILVA e SILVA, 2016, p. 79). Essa condição não se manifesta apenas como uma dificuldade de aprendizagem, pois não é um problema pontual e exige a adoção de medidas pedagógicas adequadas ao longo da vida.

Diretamente ligada à condição da Dislexia, está a disciplina de Língua Portuguesa e suas correlatas (Leitura e Produção de Textos, Literatura, Linguística), uma vez que a condição em questão implica diretamente em problemas no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para um bom rendimento nessa área – sem esquecer que isso afeta a compreensão de textos de todas as demais disciplinas em geral.

Sendo a Psicopedagogia “um estudo que se constrói, originalmente, a partir de dois saberes e práticas, a Pedagogia e a Psicologia” (ALVES, 2007, p. 10), a contribuição da mesma a fim de se construírem projetos de intervenção para alunos disléxicos pode ser de grande valia.

Dessa forma, o presente trabalho se propôs a buscar dentre as práticas da Psicopedagogia aquelas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Atendimento Educacional Especializado para alunos com Dislexia visando um melhor rendimento na área de Língua Portuguesa.

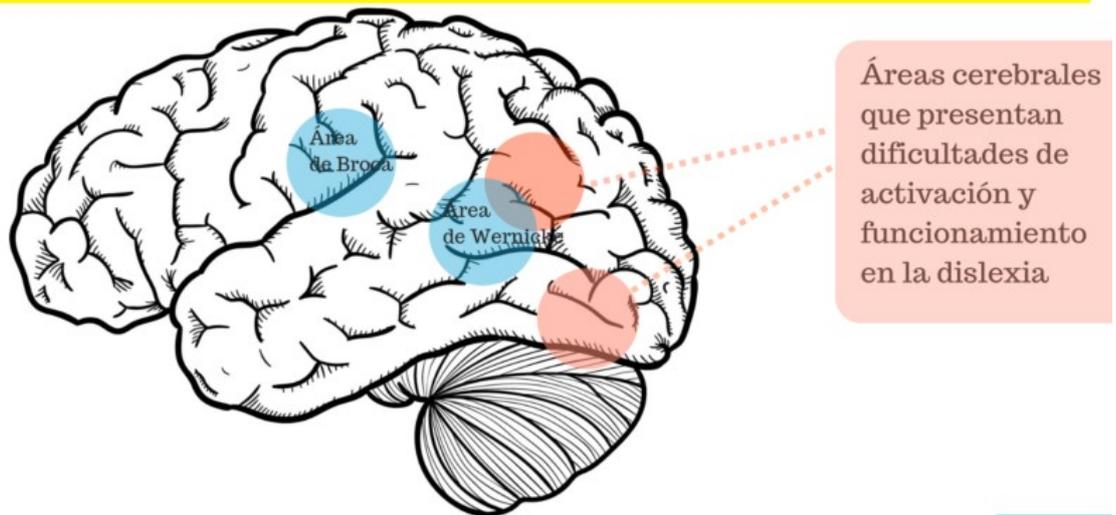
2 - Fundamentação Teórica

2.1 Transtornos de Aprendizagem: Dislexia

A definição de Transtornos de Aprendizagem pode variar um pouco conforme o autor consultado. No entanto, de forma geral, tratam-se de “problemas significativos na aquisição e no uso da fala, leitura, escrita e das habilidades matemáticas. Estas alterações são peculiares de cada indivíduo e ocorrem (...) devido a uma disfunção no Sistema Nervoso Central.” (ARANTES e FUSO, 2017, p.3).

A Figura 1 mostra as justamente as regiões do cérebro cuja dificuldade de ativação e funcionamento estão associadas com a condição de dislexia. No entanto, como bem ressaltaram Arantes e Fuso, cada indivíduo apresenta um quadro particular, não sendo possível padronizar a dislexia e nem se valer de exames para sua identificação.

Dificultades asociadas al hemisferio izquierdo



EDUforics

Figura 1: Áreas do cérebro que apresentam dificuldades de ativação e funcionamento na dislexia. Fonte: <http://www.eduforics.com/wp-content/uploads/2019/04/19-860x484.png>

No Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais DSM-5, os autores são bem claros ao afirmar a diferença entre transtorno de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem. Os transtornos têm origem biológica relacionada à genética e ao ambiente de desenvolvimento da pessoa (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 68):

Diferentemente de andar ou falar, que são marcos adquiridos do desenvolvimento que emergem com a maturação cerebral, as habilidades acadêmicas (p. ex., leitura, ortografia, escrita, matemática) precisam ser ensinadas e aprendidas de forma explícita. Transtornos específicos da aprendizagem perturbam o padrão normal de aprendizagem de habilidades acadêmicas; não constituem, simplesmente, uma consequência de falta de oportunidade de aprendizagem ou educação escolar inadequada.

Os transtornos de aprendizagem não afetam especificamente apenas uma disciplina acadêmica já que suas consequências atingem outras disciplinas. No caso da dislexia, por exemplo, pesa o fato do aluno não conseguir associar os sons da própria língua às representações gráficas prejudicando a compreensão textual de todas as demais disciplinas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 68).

Vários estudos mostram que as habilidades de leitura são importantes para o bom desenvolvimento de outras aprendizagens e a dificuldade para ler compromete o desenvolvimento da linguagem complexa, o aumento do vocabulário e a aquisição da escrita, além de trazer consequências emocionais e comportamentais negativas para o leitor. (TABORDA, s/d, p.02).

Em termos gerais, os autores definem dislexia como um transtorno neurobiológico cuja origem se daria possivelmente na falta de conexão ou mesmo de atividade entre setores do cérebro relacionados com o desenvolvimento das habilidades da linguagem escrita e do processamento fonológico. Essa falta de conexão ou inoperância acaba por sobrecarregar outras áreas cognitivas. Além disso, a condição também está relacionada a fatores genéticos, uma vez que boa parte dos disléxicos possui parentes próximos com o mesmo diagnóstico. (SILVA e SILVA, 2016; SOUZA, 2017; ARANTES e FUSO, 2017; DÍAZ, 2011; RODRIGUES e CIASCA, 2016).

Ainda que admitindo-se outras possibilidades de origem (como no caso da Dislexia Adquirida), o quadro não varia muito: a pessoa que apresenta o transtorno, embora adquira e compreenda a linguagem oral sem problemas, apresenta dificuldade em relacionar os sons da fala ao código escrito correspondente, ou seja, apresenta prejuízo no processo de decodificação da língua. Isso se traduz em dificuldades ortográficas e lexicais na escrita (processo de codificação), restrição da compreensão/interpretação textual, bem como problemas de organização da escrita. A pessoa pode apresentar outras características secundárias como confusão da lateralidade, na localização, na organização pessoal e coordenação motora, além de ser vulnerável à baixa autoestima e à insegurança. (SILVA e SILVA, 2016; SOUZA, 2017; ARANTES e FUSO, 2017; DÍAZ, 2011; RODRIGUES e CIASCA, 2016).

A identificação do aluno com dislexia é feita a partir da percepção, principalmente nos anos iniciais do ensino, de características como: “dificuldades no reconhecimento de palavras, lentidão na velocidade de leitura, a falta de conhecimentos sobre os assuntos lidos e estimulação linguística rica, o vocabulário reduzido e dificuldades na construção e compreensão das estruturas.” (TABORDA, s/d, p.05). Segundo o Manual DSM-5:

As habilidades acadêmicas afetadas estão substancial e quantitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo, causando interferência significativa no desempenho acadêmico ou profissional ou nas atividades cotidianas (...).

As dificuldades de aprendizagem não podem ser explicadas por deficiências intelectuais, acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos, adversidade psicossocial, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou instrução educacional inadequada. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 67).

No artigo “Dislexia na Escola: identificação e possibilidades de intervenção” (2016), as autoras Rodrigues e Ciasca especificam que cada idade escolar apresenta determinada dificuldade para o aluno disléxico. Dessa forma, na educação infantil a criança pode apresentar vocabulário restrito e desinteresse por rimas, dificuldades na identificação de letras e em escrever o próprio nome. Na alfabetização aparecem os problemas ortográficos, dificuldade de associação da sílaba à palavra, erros e recusa na leitura. (RODRIGUES e CIASCA, 2016, p. 89). “Esses sintomas clínicos podem ser observados, investigados a fundo por entrevista clínica ou confirmados a partir de relatórios escolares, escalas classificatórias ou descrições em avaliações educacionais ou psicológicas prévias.”(AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 68). Embora sejam os professores geralmente que identificam tais características, somente uma equipe multiprofissional poderá realizar o diagnóstico com laudo.

As práticas interventivas educacionais variam de acordo com a idade do aluno, o grau de severidade da dislexia e a necessidade individual. O atendimento é feito a partir do que é estabelecido no Plano Individual do Aluno mediante apreciação prévia de cada caso. Essa avaliação abrange desde entrevistas e atividades realizadas com o próprio aluno, conversas

com os pais e até com os profissionais de saúde que acompanham o disléxico (conforme necessidade). O objetivo é conhecer as necessidades, criar a estratégia de intervenção e garantir que o aluno tenha as adaptações curriculares necessárias quando precisar. (SILVA e SILVA, 2016; SOUZA, 2017; AMORIM e OLIVEIRA, 2016).

2.2 Língua Portuguesa na Escola

O ensino de Língua Portuguesa estrutura toda o sistema de educação nacional. É por meio de textos escritos nessa língua que cidadãos brasileiros têm acesso ao conhecimento que fundamenta nossa sociedade. A língua materna faz parte da nossa identidade cultural, nacional e do direito à cidadania, como descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997, p. 15):

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

As competências e habilidades adquiridas com os conhecimentos nas disciplinas de Língua Portuguesa (Literatura, Linguística, Gramática, Redação) são, assim, necessárias em todo o contexto educacional, uma vez que, sendo nossa língua de comunicação, todos os saberes pedagógicos das demais disciplinas estão descritos e organizados em textos em Língua Portuguesa:

A condição básica para o uso escrito da língua, que é a apropriação do sistema alfabético, envolve, da parte do aluno, aprendizados muito específicos, independentes do contexto de uso, relativos aos componentes do sistema fonológico da língua e às suas inter-relações. As relações entre consoantes e vogais, na fala e na escrita, permanecem as mesmas, independentemente do gênero textual em que aparecem e da esfera social em que circule. (SIMIONATO, 2011, p. 9-10).

Como se pode perceber, a temática de Ensino de Língua Portuguesa é bastante abrangente e ramificada: a citação de Simionato fala sobre o uso da língua, sobre sistema fonológico, fala e escrita e também menciona os gêneros textuais. Ademais, a prática não se limita apenas a questões de ordem pedagógica e curricular. Para além das possibilidades de abordagens metodológicas para o Ensino propriamente dito, temos a questão da Educação no Brasil de uma forma geral, o que torna o assunto muito mais complexo, como refletem Dias e Corrêa Pinto (2011, p. 895) no trecho transcrito abaixo:

Quando nos deparamos com questões que cercam o ensino de língua materna, logo nos é lembrado, a priori, mas não em termos gerais, a ineficácia e precariedade que se encontra o ensino de língua portuguesa no país, justamente porque a língua, que é vista como parte essencial de nossas interações e posições sociais, na escola, lugar que deveria sempre ser um espaço cultural de todos, é colocada e ensinada em um contexto que parece descontextualizar o próprio aluno.

Dessa forma, não vamos discorrer sobre as questões políticas envolvidas nas escolhas de abordagem do ensino de língua materna, questões que se relacionam com o domínio da norma culta, com diferentes tipos de níveis de linguagem, com os conhecimentos da língua oral que os alunos trazem de seus contextos familiares, questões culturais e falares regionais, bem como saberes tradicionais e heranças lexicais das diferentes nações que compõem nossa

população, além das escolhas metodológicas dos conteúdos abordados por ciclo educacional que variam mesmo dentro dos PCNs. Não que essas questões não sejam fundamentais, exatamente pelo contrário. São muito importantes para serem abordadas brevemente. Por isso, a intenção aqui é apenas pontuar alguns dados relativos à necessidade (e obrigatoriedade) do Ensino de Língua Portuguesa como componente curricular chave diante das barreiras que a Dislexia traz para a vida dos estudantes.

Como dito anteriormente, sendo a dislexia um transtorno que interfere justamente nas habilidades da linguagem, as primeiras percepções de que algo não está indo bem com o aluno são justamente aquelas relacionadas com o processo de alfabetização e com o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. A escolha da abordagem de ensino pelo método fônico, por exemplo, fica severamente prejudicada diante do quadro, uma vez que:

O método fônico, embora focalize um ponto fundamental para a compreensão do sistema alfabético, que é a relação entre fonema e grafema, restringe a concepção de alfabetização, quando valoriza exclusivamente o eixo da codificação e decodificação pela decomposição de elementos que se centram em fonemas e sinais gráficos. (SIMIONATO, 2011, p. 10)

Esses são justamente os pontos fracos do aluno com dislexia: “problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia” (codificação) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 67). Logo, se essa for a escolha metodológica da escola para alfabetização, haverá necessidade de uma alteração no currículo da disciplina.

A adaptação curricular está prevista pela legislação visando garantir o sucesso de todos os alunos a partir de “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015). Assim, levando-se em consideração o direito garantido de “acesso e permanência” e a necessidade de “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” (idem), algumas práticas da psicopedagogia podem contribuir para um melhor desempenho do aluno disléxico nas competências e habilidades exigidas para a Língua Portuguesa.

O psicopedagogo dirige-se para o sujeito e sua história, para as dificuldades de leitura e escrita, no contexto de sua modalidade de aprendizagem. Após um diagnóstico, surgem as possibilidades de intervenção, diferenciando o sujeito, abrindo possibilidades de mudança, resgatando o prazer de aprender, construindo, juntos (psicopedagogo e sujeito), estratégias para o desempenho das funções de leitura e escrita, com suporte pedagógico, adequando as respostas do sujeito às necessidades de comunicação com o meio em que vive. (FERNANDES e PENNA, 2008, p. 45).

2.3 Práticas Psicopedagógicas

Tendo em vista, em primeiro lugar, que qualquer condição que traga “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015) carrega consigo o risco de afetar o equilíbrio psicoemocional da pessoa, cabem aqui as observações feitas no Manual DSM-5, tópico Consequências Funcionais do Transtorno Específico da Aprendizagem:

O transtorno específico da aprendizagem pode ter consequências funcionais negativas ao longo da vida, incluindo baixo desempenho acadêmico, taxas mais altas de evasão do ensino médio, menores taxas de educação superior, níveis altos de sofrimento psicológico e pior saúde mental geral, taxas mais elevadas de desemprego e subemprego e renda menor. Evasão escolar e sintomas depressivos comórbidos aumentam o risco de piores desfechos de saúde mental, incluindo suicidalidade, enquanto altos níveis de apoio social ou emocional predizem melhores desfechos de saúde mental. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 73).

Esse apoio social ou emocional mencionado pelo Manual, pode ser representado, em nível escolar, pela figura do profissional habilitado em psicopedagogia, uma vez que a mesma surgiu a partir da “necessidade de compreender melhor o ser humano aprendente e as respectivas dificuldades e fatores que influenciam ou interferem nesse processo.” (SCHNEIDER e BLASZKO, 2017, p. 425). Como o próprio nome sugere, a Psicopedagogia é derivada da junção de conhecimentos da Psicologia aliados a conhecimentos da Pedagogia. Essa abordagem veio, ainda no século XIX, da necessidade de uma “pedagogia curativa” que desse conta de recuperar estudantes que passavam por um processo de dificuldades de aprendizagem e que não conseguiam acompanhar o ritmo dos colegas da turma (ALVES, 2007):

O enfoque da Psicopedagogia prioriza o processo de aprendizagem em sua amplitude e complexidade. Representa uma área de conhecimento interdisciplinar, pois, utiliza o conhecimento de várias disciplinas para desenvolver um quadro de referências teóricas adequadas a sua demanda. Portanto, a Psicopedagogia é um estudo que se constrói, originalmente, a partir de dois saberes e práticas, a Pedagogia e a Psicologia. No entanto, o campo dessa mediação recebe, também, influências da linguística, da semiótica, da sociologia, da neuropsicologia, da psicofisiologia, da filosofia e da medicina. (ALVES, 2007, p. 10).

As autoras Schneider e Blaszkó (2017, p. 425) afirmam que, partindo da necessidade do aluno: “a aprendizagem humana envolve vínculos, os quais são constituídos por meio de interações.” Também afirmam que cada aluno é um ser único, com competências e habilidades particulares, pois sua maneira de ver o mundo parte de seu contexto familiar e vai se ampliando conforme suas vivências individuais. (SCHNEIDER e BLASZKO, 2017, p. 427). A Educação permite que os indivíduos adquiram as ferramentas necessárias para o desempenho na vida em sociedade. Seguindo essa linha de pensamento, acreditamos que o profissional de Psicopedagogia possa contribuir com estreitamento dos laços entre estudantes e instituições de ensino, permitindo um acompanhamento mais próximo, mais humano e individualizado.

A capacitação proporcionada pela psicopedagogia, permite ao professor por exemplo, utilizar metodologias diversificadas para o acompanhamento e complementação da formação do aluno com dislexia. Um atendimento que seja sensível aos fatores emocionais e que tenha enfoque metodológico diversificado:

As crianças consideradas de risco ou disléxica perdem, paulatinamente, o interesse e o gosto pelas práticas educativas, devido à má compreensão dos textos que leem, e apresentam uma escrita deficitária, que merece atenção. O psicopedagogo tem um papel crucial nesse tratamento, para o qual deve elaborar estratégias de ação, sistemáticas e dinâmicas. Esse profissional deve usar situações em que o ler e o escrever tenham significado (...). (FERNANDES e PENNA, 2008, p. 38)

Fernandes e Penna (2008) explicam, ao longo de seu trabalho, que o atendimento ao aluno com dislexia, ao ser iniciado já no processo de alfabetização, tende a obter muito mais sucesso. Obviamente que o encaminhamento do estudante depende da correta identificação que, como já foi dito, depende de uma avaliação criteriosa e multidisciplinar. Os autores recorrem a uma vasta bibliografia para explicar o desenvolvimento do processo cognitivo da aquisição da linguagem escrita, que se inicia mesmo antes da alfabetização e que se estende por vários anos da vida escolar e é categorizado no currículo pelas disciplinas de Língua Portuguesa.

Para que o aluno com dislexia possa obter sucesso, o atendimento deve levar em consideração que: “aprender a ler e escrever deve ser avaliado por diferentes ângulos, encarando-se métodos e propostas de ensino num sentido multissensorial, recorrendo a diversos métodos, variações a serem, mesmo, inventadas, se preciso, para alcançar o êxito do aluno disléxico, que é único, dentro de sua dificuldade.” (FERNANDES e PENNA, 2008, p. 38).

Além disso, o trabalho com o aluno disléxico psicoterapêutico não podendo ser feito isoladamente: “faz-se necessária a interlocução da psicopedagogia com outras ciências, dentro de uma visão sistêmica, pois há relações intercambiantes entre essa área de estudo com outros conhecimentos sobre o ato de aprender e ensinar.” (AMORIM e Oliveira, 2016, p. 144). O momento de trocas entre psicopedagogo e os demais profissionais envolvidos no trabalho com o aluno disléxico é importante, tanto para buscar as informações com os colegas para montar seu planejamento de intervenção, quanto para orientar as práticas de avaliação de forma que se difundam as especificidades da dislexia. Algumas indicações de modificações simples:

- Evitar situações em que o disléxico deva ler em voz alta; não o avaliar de forma negativa, levar em consideração o seu próprio ritmo não fazendo comparações.
- Evitar a exigência da aprendizagem de outro idioma;
- Ao se avaliar os conhecimentos do aluno em disciplinas como biologia, história, filosofia e geografia, levantar a possibilidade de que isso seja feito oralmente através de discurso ou arguições;
- Em caso de provas escritas, elas precisam ter caráter operatório, contendo questões objetivas e/ou dissertativas, realizadas individualmente e/ou em grupo, com ou sem consulta a quaisquer fontes;
- Incentivar atividades práticas, envolvendo trabalhos, estudos, pesquisa, criatividade, experiências práticas realizadas individualmente ou em grupo, intra ou extraclasse. (FERNANDES e PENNA, 2008, p. 47).

3 - Considerações Finais

Sendo a dislexia um transtorno que interfere justamente nas habilidades da linguagem, as primeiras percepções de que algo não está indo bem com o aluno são justamente aquelas relacionadas com o processo de alfabetização e o posterior ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Se o aluno passa pelos anos iniciais da educação sem a devida identificação e intervenção, sua vida escolar pode se tornar bastante difícil, uma vez que boa parte dos saberes das disciplinas estão ligados às habilidades de leitura e interpretação de textos.

Diante da importância das competências em Língua Portuguesa exigidas pelo currículo escolar, bem como pela vida do cidadão em sociedade de forma geral, a atenção às necessidades do aluno com dislexia a fim que ele possa superar as dificuldades torna-se fundamental.

Dentre as possibilidades de apoio, as práticas psicopedagógicas de atenção individualizada e humanizada podem ser o diferencial nessa intervenção. O trabalho em conjunto de todos os profissionais ligados à educação mediado pela psicopedagogia se torna mais eficaz, conforme mostram os autores estudados.

Referências

ALVES, Doralice Veiga. **Psicopedagogia: Avaliação e Diagnóstico**. Vila Velha /ES: ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMORIM, Eliabe Bezerra de Oliveira Silva; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Dislexia em perspectiva: Contribuições da psicopedagogia e da Psicologia. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. V.10, N. 31. Supl 2, Set-Out/2016 - ISSN 1981-1179.

ARANTES, Stella Aguilera. FUSO, Simone Freitas. Os aspectos psicopedagógicos dos transtornos de aprendizagem. **Revista Primus Vitam**, n.º 9, 1.º semestre de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

DIAS, Eliana. CORRÊA PINTO, Danilo. **Reflexões sobre a Prática de Ensino de Língua Portuguesa**. Anais do SIELP. Volume 1, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DÍAZ, Félix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

FERNANDES, Rosely Aparecida. PENNA, James dos Santos. Contribuições da Psicopedagogia na alfabetização dos disléxicos. **Revista Terceiro Setor**. Guarulhos: UnG, v.2, n.1, 2008, p. 29-49.

RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista de Psicopedagogia**, n. 33(100), 2016, p. 86-97.

TABORDA, Renata. **A importância da decodificação de palavras para a compreensão leitora**. Instituto ABCD – Educadores. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/educadores/> Acesso em: 15 de abril de 2019.

SCHNEIDER, Leticia. BLASZKO, Caroline Elizabel. **A atuação do psicopedagogo no contexto escolar: estudo pautado pelas vozes dos profissionais**. Anais do XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2017, pp. 424-436. ISSN 2176-1396.

SIMIONATO, Marta Maria. **Teoria e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa**. Brasília: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2011.

SILVA, Edna de Almeida Lima. A importância da língua portuguesa no contexto de aprendizagem do aluno do ensino fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar do Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 06, Vol. 04, p. 19-31. Junho de 2019. ISSN: 2448-0959

SILVA, Nilza Sebastiana da; SILVA, Fábio José Antônio da. A dislexia e a dificuldade na aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar**, Ano 1, Vol 5, p. 75-87 Julho 2016, ISSN:2448-0959

SOUZA, Simoni Lopes de. **Compêndio de Normas que regulamentam a Inclusão Educacional dos educandos com Transtornos de Aprendizagem. Associação Brasileira de Dislexia: Consultoria Jurídica**, 2017. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Comp%C3%AAndio-de-normas-e-diretrizes-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-aos-educandos-Dificuldades-e-Transtornos-de-Aprendizagem-ABD-Dr.%C2%AA-Simoni-Lopes-de-Souza.pdf> . Acesso em 26 de fevereiro de 2019.